

Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação federal sobe 5% no ano em relação a 2019, antes da pandemia..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Compensações fiscais crescem com exclusão do ICMS..... 6

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

23% das micro e pequenas empresas adiam tributos..... 7

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

A capitalização e o INSS (2)..... 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Renda mínima volta à agenda no contexto da covid..... 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

Nova derrota para o governo..... 13

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Pandemia turbina golpe do crédito consignado..... 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SERVIDOR PÚBLICO

Estabilidade é inegociável, afirma deputado de frente pró-servidores..... 16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Só eficiência maior não resolve redução da pobreza, é preciso gastar mais, diz Ipea
..... 18

PORTAL UOL - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Por que Paulo Guedes agora preocupa investidores estrangeiros..... 19

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Gasolina a R\$ 3,225 em BH no Dia Livre de Impostos..... 22

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bolsonaro mira 2022 e bases com decreto para limitar exclusão de posts..... 23

FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Depoimento de Pazuello reforça omissão em Manaus..... 26

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Com alta de 45,22%, arrecadação federal bate recorde em abril..... 29

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

EUA propõem um imposto corporativo global mínimo de 15%.....	31
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Redesenho do IR geraria até R\$ 106 bi, aponta estudo.....	32
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Bolsonaro repete interferência em preços.....	33
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Joe Biden: planos de incentivos econômicos e reforma fiscal - PALAVRA DO GESTOR.....	34
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Para analistas, dólar deve continuar caro.....	35
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Vacinação lenta e política ameaçam retomada.....	36
FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO ECONOMIA	
Faltou comida para 25% dos brasileiros nos últimos meses.....	39
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA ECONOMIA	
Lula diz que será candidato.....	43
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES ECONOMIA	
Vacinação para o PIB (3).....	44
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Gastos obrigatórios vão perder R\$ 4 bi.....	45
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Pix já supera a soma de DOCs e TEDs.....	46
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
"Inflação" da construção civil é a maior em 28 anos.....	47

Arrecadação federal sobe 5% no ano em relação a 2019, antes da pandemia

Thiago Resende Brasília

A **Receita Federal** arrecadou R\$ 156,8 bilhões em abril, valor recorde para o mês (já considerando números atualizados pela **inflação**).

O resultado representa crescimento real de 45,2% na comparação como mesmo mês do ano passado, quando houve adiamento do pagamento de alguns **impostos** diante do início da pandemia da Covid-19.

Em relação ao mesmo mês de 2019, quando não houve adiamento desses recolhimentos, os dados de abril de 2021 registraram alta real de 3,1%, segundo balanço divulgado pelo Ministério da Economia nesta quinta-feira (20).

No acumulado de janeiro a abril, a arrecadação de **impostos** somou R\$ 602,7 bilhões, alta real de 13,6% na comparação com o mesmo período do ano passado e de 5,1% em relação ao de 2019.

O ministro Paulo Guedes (Economia) participou do início da entrevista virtual sobre os números, sem ficar para a sessão de perguntas e disse que, com a reaceleração da economia brasileira, a arrecadação está apresentando fortes resultados.

"A economia brasileira parece estar se acelerando", comentou o ministro nesta quinta, lembrando que as projeções de crescimento do **PIB** neste ano subirão.

Acompanhando o maior otimismo do mercado sobre a atividade no país e no mundo após a retração gerada pela pandemia em 2020, o governo elevou na terça (18) a estimativa de crescimento para o **PIB** neste ano de 3,2% para 3,5%.

Com o recrudescimento da pandemia em 2020, alguns estados e municípios adotaram medidas de combate ao coronavírus, como fechamento de atividades, principalmente a partir de março. O efeito disso na arrecadação passou a se tornar mais claro em abril, pois os dados de março ainda refletiam o desempenho da economia de fevereiro. Esse impacto é menor que no ano passado, pois o distanciamento social caiu, na avaliação do secretário especial da Receita, José Barroso Tostes Neto.

O forte recuo dos recolhimentos de abril de 2020,

provocado pelo adiamento de **impostos**, foi a principal causa da diferença da arrecadação entre os dois anos.

Tostes explicou que, no ano passado, houve adiamento de contribuição previdenciária patronal, PIS/Cofins, **impostos** do Simples Nacional, entre outros recolhimentos. Em abril de 2021, foram adiados os do Simples e Imposto de Renda de pessoas físicas.

O governo destacou que só 23% das empresas do Simples Nacional e do MEI (microempreendedor individual) optaram pelo adiamento de pagamento de **impostos** em abril, o que reflete uma maior capacidade financeira de esses empresários pagarem os **tributos**.

Segundo a Receita, sem os fatores atípicos em abril, a arrecadação subiria 16,8% na comparação com o ano anterior. O resultado de janeiro a abril também seria positivo, com alta real de 9,6% em relação a 2020.

"O efeito do diferimento [adiamento de **impostos**] sendo considerado, ainda assim o resultado é bastante expressivo em termos de crescimento", declarou Tostes. Isso representou um recorde para meses de março. Os dados de fevereiro também foram os maiores da história.

Em março de 2021, a arrecadação havia somado R\$ 138 bilhões, um crescimento real de 18,5% na comparação com o mesmo mês do ano passado. Isso representou um recorde para meses de março. Os dados de fevereiro também foram os maiores da história.

Guedes destacou o desempenho do recolhimento de **impostos** de pessoas jurídicas de janeiro a abril, mas não citou que os dados de 2020 foram mais baixos por causa do adiamento de pagamentos.

Petrobras diz que vai ganhar R\$ 4,4 bi com decisão sobre ICMS

A Petrobras informou nesta quinta-feira (21) que a decisão do STF que determinou que o valor do ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS-Cofins é o destacado em nota fiscal gerará impacto positivo de R\$ 4,4 bilhões no balanço do segundo trimestre da companhia.

O impacto decorre da "melhor estimativa dos valores a serem recuperados para as competências compreendidas entre o período de outubro de 2001 a junho de 2020" e se refere à cifra antes dos efeitos fiscais.

A petroleira acrescentou que sua expectativa é aproveitar o crédito nos próximos meses, mediante a compensação de **tributos** federais.

A decisão do STF a respeito da base de cálculo dos **impostos** foi tomada na semana passada, seguindo relatório da ministra Cármen Lúcia, a favor de que a exclusão do ICMS do PIS-Co fins valha a partir de 15 de março de 2017 e incida no imposto destacado pela nota.

Também nesta quinta, o presidente Jair Bolsonaro disse que apresentou ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), uma nova proposta de fixação de valores do ICMS.

Bolsonaro dissera no início da semana que o texto entregue em fevereiro, com o estabelecimento de um valor nacional, não seria aprovado pelos parlamentares. Agora, segundo informou em sua live semanal, a proposta estabelece a fixação de um valor por estado.

Na segunda, o presidente comparou o ICMS que incide sobre os combustíveis ao crime de estupro.

GOVERNO DÁ DESCONTO PARA PAGAR DÍVIDAS TRIBUTÁRIAS SOBRE PLR

O governo abriu a possibilidade de pessoas e empresas pagarem com desconto de quase 50% dívidas tributárias incidentes sobre PLR (participação em lucros e resultados, paga pelas companhias aos trabalhadores). O edital é voltado a contribuições previdenciárias incidentes sobre PLR que estejam sendo contestadas em âmbito administrativo ou na Justiça.

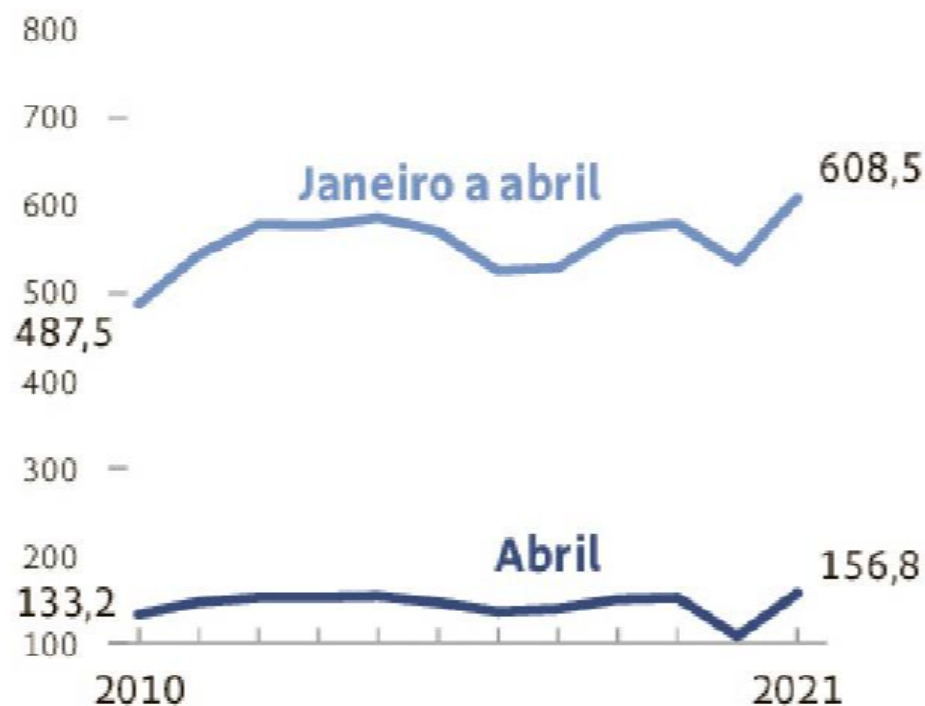
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

34

Arrecadação de impostos sobe em abril e é recorde no mês

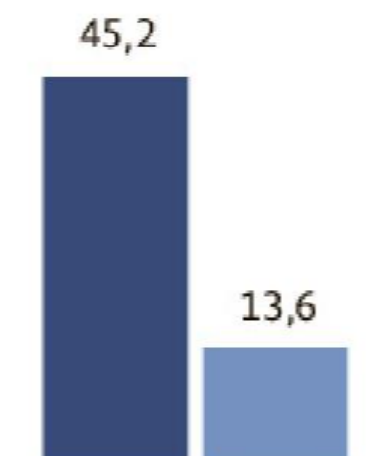
Em R\$ bi



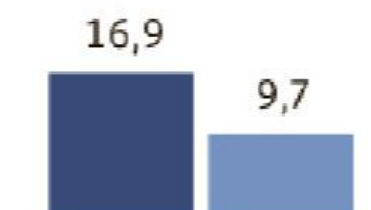
Aumento da arrecadação

■ Abril ■ Janeiro a abril

Entre 2021 e 2020, em %



Entre 2021 e 2020
(descontando eventos
atípicos), em %



Fonte: Receita Federal

Compensações fiscais crescem com exclusão do ICMS

Lu Aiko Otta e Edna Simão De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186876

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186876

23% das micro e pequenas empresas adiam tributos

A **Receita Federal** informou ontem que apenas 23% das micro e pequenas empresas brasileiras adiaram o pagamento de **impostos** em abril. O diferimento dos **tributos** do Simples Nacional foi permitido no fim de março para mitigar o impacto da pandemia de Covid-19 no setor produtivo.

De acordo com o Fisco, há 6,4 milhões de empresas cadastradas no Simples Nacional, mas só 1,5 milhão aderiu ao diferimento de **impostos**. Por isso, a arrecadação do segmento foi positiva em abril.

Em abril de 2021, a arrecadação dos **tributos** federais, estaduais e municipais que integram o Simples Nacional somou R\$ 6,075 bilhões. É uma alta real (descontada a **inflação**) de 76,22% em relação ao mesmo período do ano passado. Em abril de 2020, o diferimento também estava em vigor e teve uma adesão maior, por isso a arrecadação do Simples foi de R\$ 3,447 bilhões.

No acumulado de janeiro a abril de 2021, o Simples Nacional arrecadou R\$ 35,276 bilhões. O dado representa uma alta real de 7,24% ante o mesmo período de 2020. O resultado do programa de diferimento de **impostos** das micro e pequenas empresas foi apresentado durante a apresentação dos dados da arrecadação federal.

O secretário especial da **Receita Federal**, José Barroso Tostes Neto, falou que "77% dos contribuintes do Simples e do MEI optaram por fazer o pagamento em abril, o que demonstra que de fato estavam em situação confortável e suficiente para assegurar o ingresso no mês de abril, sem necessitar recorrer a esse diferimento".

O diferimento de **impostos** do Simples Nacional foi permitido nos meses de abril, maio e junho. Todo o tributo que não for pago nesse período deve ser quitado pelas micro e pequenas empresas a partir de julho, em até seis parcelas.

Site:

http://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_60D1CB7D23641CB6479D37BA64CC33576E44A3B613855750C1D61ACB4823EC2F85D457B7B26102BF87FD955D7851EF5E923ADE789E1EF9E4ECE38FAD72415466D2A4C15E3D0B8C25A4646C2E80BD0B2A484DA6410CCBFC5E8

4562832C4453A61E8732204EE17BA6C35A5EFEE274C0E
96EE39F80D26CE1C7731A306

A capitalização e o INSS (2)

FABIO GIAMBIAGI, ECONOMISTA

Em artigo publicado no livro O futuro do Brasil (Editora GEN), que organizei e publiquei no ano passado, Ana Barufi (O futuro do trabalho no modelo de plataforma) ressalta que "as plataformas de trabalho podem levar ao surgimento de uma nova geração de microempreendedores - trabalhadores por conta própria que podem trabalhar no lugar que quiserem, com a intensidade que desejarem e de acordo com o padrão de vida que ambicionam ter. Por outro lado, esse movimento pode acelerar o processo de deterioração das condições de trabalho, com redução do padrão de vida dos trabalhadores.

De fato, a combinação da rápida adoção de tecnologia com o surgimento desses novos modelos de negócio lança desafios à legislação trabalhista atual e à estrutura de proteção social centrada, no caso brasileiro, no trabalho formal com carteira".

Por coincidência, poucos dias depois de lançar o livro, andando de Uber e conversando com o motorista - um ex-empregado formal de uma companhia telefônica - a cerca da situação dele, disse-me que, exatamente pela flexibilidade que o sistema de trabalho do Uber lhe dava para construir seu próprio horário, já tinha recusado duas alternativas de retornar ao antigo esquema formal baseado na carteira de trabalho.

A manifestação de preferência por "trabalho" em vez de "emprego" - um lugar físico onde se comparece das 9 às 18 horas, de segunda a sexta, muitas vezes tendo que lidar com um chefe chato - tem sido comum nas minhas interações com jovens.

O "modelo de plataformas", como Uber ou Ifood, veio para ficar e não adianta brigar contra ele. É um fenômeno inevitável da modernidade. O papel do Estado é acomodar esses avanços, de forma que sejam compatíveis com a organização social e a convivência civilizada entre os diferentes grupos que a compõem.

Nesse sentido, um aspecto que sempre chama a atenção nesses debates é como a questão previdenciária é mal compreendida pela enorme maioria das pessoas. Anos e anos de déficits crescentes do **INSS** criaram em muitos jovens a percepção equivocada de que "o **INSS** não presta" e de que "é muito melhor fazer minha própria previdência".

Há equívocos importantes envolvidos, que precisam de esclarecimento, sem prejuízo de ressaltar a importância - para quem puder - de constituir uma previdência própria.

O primeiro equívoco é a ideia de que "o **INSS** não atende as pessoas". É um erro grosseiro.

O **INSS** paga benefícios previdenciários a 30 milhões de brasileiros, todos os meses, 13 vezes por ano, religiosamente em dia, protegidos da **inflação** e com a certeza de que continuarão a serem pagos até o fim da vida, no caso daqueles pagamentos que não são temporários. Num país com os problemas sociais e a extensão geográfica do Brasil, é um feito que não deve ser desprezado.

O **INSS** é parte do que resta da paz social brasileira.

Não é pouca coisa, caro leitor.

O segundo equívoco é a ideia, muitas vezes subjacente, de que o Estado não serve para nada. O curioso é que, se, em nome dessa crença, o indivíduo não contribuir para a Previdência, aos 65 anos só lhe restará o Loas, benefício assistencial que hoje o Estado brasileiro paga a quase 5 milhões de brasileiros que não contribuíram para o sistema.

O terceiro erro é quanto aos valores envolvidos. Nada, atuarialmente, se compara ao benefício de um salário mínimo ao qual se pode aceder contribuindo por apenas 15 anos. Quem quiser, numa aposentadoria complementar, receber R\$ 1.100 dos 65 aos 85 anos de idade, terá que ter acumulado na conta, aos 65 anos, R\$ 259 mil (ver o simulador Capital Necessário no site www.longevitaprevidencia.com para entender o cálculo, com juros reais de 2% a.a.).

Quantos brasileiros têm a possibilidade de alcançar esse capital?

Portanto, meu conselho aos jovens é: é ótimo não ter chefe e trabalhar no horário que a gente quer, mas recomendo não descuidar da proteção social e contribuir como autônomo para o **INSS**.

Não há contratação de uma renda vitalícia, no mercado, mais barata do que essa.

FABIO GIAMBIAGI, ECONOMISTA

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Renda mínima volta à agenda no contexto da covid



Complexidade. Debate expôs o desafio para o Orçamento

Vinicius Neder / RIO

Os impactos negativos da pandemia sobre as famílias mais pobres do País e o efeito do auxílio emergencial na redução da pobreza deixaram claro que o Brasil precisa avançar nos programas de **seguridade social**, incluindo a transferência de renda para os mais vulneráveis, ressaltaram especialistas em debate durante seminário promovido pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/ FGV), em parceria com o Estadão. Isso não significa abandonar o equilíbrio das contas públicas, mas, sim, definir prioridades e encontrar espaço no Orçamento.

Dois movimentos recentes ajudarão a fomentar o debate, disse Fernando Veloso, pesquisador do Ibre/FGV. Um foi a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), do mês passado, de obrigar o governo federal a criar um programa de renda básica, previsto numa lei aprovada há 17 anos, de autoria do ex-senador Eduardo Suplicy, que nunca saiu do papel - Suplicy acompanhou o seminário online e enviou uma pergunta.

O outro movimento é o início das discussões, no Senado, de um projeto do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que cria a Lei de Responsabilidade Social (LRS), reformulando e unificando os programas sociais. Veloso é coautor de uma proposta que serviu de base para o projeto de Jereissati.

Para os participantes do seminário - além de Veloso, Manoel Pires, também pesquisador do Ibre/FGV, e Luís Henrique Paiva, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e professor do

Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) -, o auxílio emergencial mostrou que o governo pode reforçar as políticas sociais, mas o problema é como.

"O custo do auxílio emergencial é proibitivo, não pode ser estendido para sempre", afirmou Paiva, que trabalhou no Programa Bolsa Família e na gestão do Cadastro Único federal em diferentes governos.

Paiva, que está para lançar, com colegas do Ipea, um estudo sobre possibilidades de reformulação dos programas sociais em diferentes cenários, fez alertas sobre as ideias em debate.

O primeiro, sobre mudanças no Bolsa Família. Diferentemente do padrão brasileiro, o Bolsa Família é uma das "raras políticas públicas que foi extensivamente avaliada", e, disse, "muito bem avaliado". Por isso, mudanças no programa devem ser feitas com cuidado, especialmente porque o Bolsa Família já é eficiente, ou seja, a margem para melhorar é pequena.

O segundo alerta é sobre o orçamento total destinado para os programas sociais. Paiva lembrou que o valor destinado para o Bolsa Família equivale a 0,4% do Produto Interno Bruto (**PIB**) e disse que pequenos aumentos de orçamento tendem a fazer pouca diferença. Estimativas tanto do Ipea quanto da proposta do grupo de Veloso no Ibre/FGV calculam que o orçamento somado dos programas sociais de transferência de renda, como o Bolsa Família e o abono salarial, fique em torno de R\$ 58 bilhões ao ano.

Algumas das propostas em discussão, no ano passado, no governo federal, para a criação do Renda Brasil ou do Renda Cidadã - como provisoriamente batizados programas do governo Jair Bolsonaro para substituir e turbinar o Bolsa Família, ainda longe de sair do papel - buscam ter impacto fiscal "neutro".

Isso significa juntar as políticas, sem elevar os gastos atuais, na soma de todos eles.

"Se quisermos um orçamento fiscalmente neutro, que unifique outros programas, melhoramos o impacto na margem, mas são melhoras pequenas. Não vamos mudar o cenário passando o orçamento de R\$ 35

bilhões para R\$ 58 bilhões. Se quisermos pensar em impacto, teríamos que ter aumentos de orçamento substancialmente maiores", afirmou Paiva.

Para Paiva, há pouca margem de manobra no Orçamento, diante do teto de gastos- regra constitucional criada no governo Michel **Temer** que limita a despesa federal de um ano ao valor do ano anterior, corrigido apenas pela **inflação** - que funciona como um "garrote" para os investimentos nos programas sociais.

Para Veloso, do Ibre/FGV, o teto é importante para forçar governo e Congresso a debaterem o que é prioridade nos gastos. O valor destinado para emendas, que o governo Bolsonaro destinou para aliados de forma pouco transparente, como mostrou o Estadão, poderia ser remanejado para essas políticas.

Manoel Pires lembrou que medidas no lado das receitas, como aumento da cobrança de **impostos** para os mais ricos, embora difíceis de aprovar, deverão entrar na discussão. Só que Pires é cético em relação a avanços nos debates sobre a unificação de programas, sem ampliar os gastos com esse fim.

I Restrições

"O custo do auxílio emergencial é proibitivo, não pode ser estendido para sempre. Não vamos mudar o cenário passando o orçamento de R\$ 35 bilhões para R\$ 58 bilhões. Se quisermos pensar em impacto, teríamos que ter aumentos de orçamento substancialmente maiores" Luís Henrique Paiva
PESQUISADOR DO IPEA

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Nova derrota para o governo



» VERA BATISTA

O relator da reforma administrativa, deputado Darci de Matos (PSD-SC), alterou novamente a proposta encaminhada pelo Executivo, desta vez modificando a redação sugerida para o artigo 37 da Constituição Federal. A nova versão pode significar mais uma derrota para o governo, e isso está descrito em uma palavra: subsidiariedade. Com a mudança promovida pelo relator, o Estado mantém o papel central na garantia dos direitos sociais previstos na Carta, cabendo à iniciativa privada uma atuação subsidiária.

Darci de Matos retirou do texto os termos "imparcialidade, transparência, inovação, responsabilidade, unidade, coordenação, boa governança pública e subsidiariedade" para definir os princípios da administração pública. Segundo ele, os termos eram vagos e dariam margem para o "ativismo do Judiciário".

O advogado Gilberto Becovici, professor de direito econômico e economia política da Universidade de São Paulo e da Universidade Mackenzie, explicou que, se a palavra subsidiariedade fosse mantida, "o Estado deveria reconhecer a primazia da sociedade civil, com a prevalência da iniciativa privada e a necessidade da garantia da propriedade".

De acordo com Darci de Matos, a mudança foi resultado da sugestão de vários parlamentares e combinada com a deputada Bia Kicis (PSL-DF), presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, onde a proposta está tramitando. A CCJ deveria deliberar sobre o texto ontem, mas decidiu adiar a votação para a próxima segunda-feira.

Vladimir Nepomuceno, diretor da Insight Assessoria Parlamentar, comemorou a mudança, que, no fim das

contas, reforça o papel dos **servidores públicos**. Ele diz que ainda é pouco em relação às demandas dos servidores, mas é um movimento favorável ao que as entidades e parlamentares contrários à PEC nº 32/20 criticam desde o início.

"Além da fragilidade jurídica, inverteria a relação de principal e subsidiário entre o Estado e a iniciativa privada. Hoje, vários direitos sociais são obrigação do Estado, com a iniciativa privada atuando subsidiariamente. Se mantida a redação proposta pelo governo para o caput do artigo 37 da Constituição, a iniciativa privada teria a precedência, deixando o Estado atuando de forma subsidiária", afirmou Nepomuceno.

O diretor da Insight e assessor de entidades sindicais deu como exemplo as áreas de saúde e educação. "A obrigação primeira de garantir esses direitos de forma a atender toda a população e com qualidade é do Estado. A iniciativa privada entra de forma complementar. Se mantido o texto original da PEC, a iniciativa privada assumiria o que desejasse, cobrando pela prestação dos serviços, deixando o poder público atuando apenas onde não houvesse interesse para o setor privado", detalhou.

Pandemia turbina golpe do crédito consignado

As reclamações envolvendo a oferta de crédito consignado aumentaram 683% durante o ano passado, segundo a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), do Ministério da Justiça e Segurança Pública. A impressionante evolução das queixas durante a pandemia superou com larga margem o segundo colocado nesse ranking, o setor de viagens, turismo e hospedagem, duramente afetado pela CO-VID-19, com aumento de 427%. Ao todo, a plataforma digital consumi-dor.gov.br recebeu 53%, em média, mais contestações frente a 2019.

De um total de 88 mil registros sobre consignados, 71 mil se referem a assalariados, aposentados e pensionistas que fizeram empréstimos com desconto em folha, e outros 17 mil são reclamações feitas apenas por **servidores públicos**. A Escola Nacional de Defesa do Consumidor computou, em 2020, crescimento de 42% das matrículas em cursos gratuitos a distância com temática sobre educação financeira, e instruindo as pessoas sobre como evitar o superendividamento.

Um dos fatores que ajudam a entender o crescimento das reclamações é que a pandemia contribuiu para a expansão de golpes pelas redes sociais. A criatividade não tem limite nas formas usadas para

convencer ou "contratar o serviço" sem que a vítima perceba estar empenhando até sete anos de parte de seu salário. Em geral, o suposto "corretor" se apresenta como representante, consultor ou prestador de serviço para uma instituição financeira renomada, imprimindo respeitabilidade à conversa.

Marcelo Rodrigo Barbosa, gerente-geral do Procon Assembleia, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, revela que nos quase 900 Procons de todo o país houve registro de aumento considerável das queixas sobre depósitos de valores não contratados pelos correntistas. "No isolamento social, as pessoas não vão aos bancos, mas eles (os corretores) vão até as pessoas."

Para maior segurança e evitar os golpes, a recomendação é não informar nenhum dado pessoal por telefone, Whatsapp ou e-mail. "Se a pessoa começar a conversa pedindo para confirmar o nome, desconfie e desligue de cara", sugere Barbosa.

Ao responder com um simples "sim" a um pedido de confirmação do nome completo, em ligação recebida de número desconhecido, a educadora Elizabeth Lino recebeu uma quantia inesperada em conta bancária. "Quando fui receber a aposentadoria, percebi um valor a mais e questionei o gerente", conta. Ela foi, então, informada de que se tratava de um empréstimo consignado.

Passado o susto, ela teria de tomar alguns procedimentos, mas aí começaram as dificuldades. "O gerente disse que precisaria rastrear a empresa, com a qual nem sequer me lembrava de ter conversado, e nunca encontrei o endereço ou uma forma de contato", diz Elizabeth.

"Um calvário" foi como classificou a educadora os inúmeros telefonemas diários com ofertas de dinheiro que, segundo as ligações, estaria "liberado pelo **INSS**" após sua aposentadoria. Em um único dia, ela registrou 17 chamadas. Só depois disso descobriu que poderia bloquear as ofertas no próprio site do **INSS**. "Foram tantas as ligações que custei a perceber que um "sim" por telefone autorizara o depósito em conta."

PRIVACIDADE

A jornalista aposentada Cristina Magalhães, de 62 anos, também se assustou ao verificar em sua conta bancária valor de R\$ 12 mil adicionais ao benefício pago pelo **INSS**. "Foi em 5 de abril, quando imprimi o extrato e vi um depósito de um banco do qual jamais ouvi falar", afirma. Ela conseguiu na internet o contato telefônico da empresa e foi informada de que se tratava de empréstimo consignado.

Como não havia contratado a operação, foi instruída a encaminhar correspondência à instituição financeira, e aguardar e-mail com os dados e instruções para devolução do dinheiro. Dois dias depois, nova surpresa. Mais R\$ 11 mil foram depositados.

Cristina diz ter se sentido violada em sua privacidade. "Quem passou meus dados? Como conseguiram minha conta? Como depositaram sem nem sequer conversar comigo?", questiona. O banco informou que foram duas "colaboradoras", uma de Goiás e outra do Ceará, que "fecharam o contrato". Ela recorreu à Justiça com pedido de ressarcimento por danos morais e materiais e prestou queixa ao Procon

Federal. Para resolver o problema, pagou acréscimos na conta de telefone e taxas de transferência bancária.

Teresa Cristina Souza, de 65, fala com indignação sobre dois depósitos feitos em sua conta do **INSS**. "É um marketing agressivo, invasivo, quebrando nossa privacidade. Foram duas ocasiões, e o mais estressante são as inúmeras tentativas para conseguir falar com um ser humano. Tudo é digital, de uma falsa inteligência artificial."

A aposentada conta que perdeu a conta das "horas a fio" perdidas ao telefone tentando resolver o problema. "Foram muitas tentativas, erros e insistências. Um sofrimento desnecessário para me livrar de um dinheiro depositado indevidamente. O Banco Central tem diretrizes de cidadania e precisa fazer isso valer junto às instituições financeiras", protesta. Ela também pagou taxas de transferência bancária para devolver os depósitos.

Estabilidade é inegociável, afirma deputado de frente pró-servidores



Danielle Brant e William Castanho Brasília

Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público -a Servir Brasil-, o deputado Professor Israel Batista (PV-DF) afirma, ao criticar a reforma administrativa do governo Jair Bolsonaro, que estabilidade é inegociável.

"Qual a chance de um professor ser carreira típica de Estado? Não tem a menor chance", disse à Folha. Pela reforma, apenas cargos típicos de Estado, que serão definidos posteriormente em lei, serão estáveis.

A votação do parecer com aval à proposta do governo na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara foi adiada para a próxima semana. Depois, o texto seguirá para comissão especial e, por fim, plenário.

*

Dois pontos da reforma foram retirados pelo relator Darci de Matos (PSD-SC) na CCJ: o chefe do Executivo poder organizar autarquia por decreto e outro que veda realização de qualquer outra atividade remunerada, inclusive servidor de carreira típica de Estado. Qual avaliação o sr. faz desses pontos? Já defendíamos que o presidente não tivesse poder de extinguir órgãos, autarquias, via decreto, nem prefeitos nem governadores. Foi uma decisão acertada.

A decisão de permitir que servidores de carreiras típicas [recebam remuneração], que não sabemos exatamente quais são essas carreiras, porque a PEC

é um cheque em branco, e vamos decidir isso depois em meio à pressão de todas as carreiras para receber essa nomenclatura, não mexeu em nada do que seria uma inconstitucionalidade.

O relator não atacou problemas essenciais, como a irreduzibilidade dos salários dos servidores.

A PEC propõe cinco tipos de vínculo. Como o sr. avalia esses vínculos? E como vê a estabilidade restrita a cargos típicos de Estado que serão regulados depois por meio de projeto de lei complementar? É o principal ponto da reforma proposta pelo governo. Esse é o maior defeito da reforma.

O governo basca com essa multiplicação dos vínculos burlar o concurso público de alguma forma, aumentar a quantidade de trabalhadores públicos temporários e enfraquecer o seu compromisso com seus trabalhadores.

O trabalhador, ao envelhecer, em vez de ter reciclagem, ter formação continuada, será simplesmente dispensado. O vínculo de experiência é muito difícil de ser implementado. Como implementar isso para um delegado da PF? Vai ter acesso restrito aos inquiridos?

Na verdade, as formas de vínculos se resumem a duas: com estabilidade e sem estabilidade. A intenção do governo é fazer com o que o Brasil volte às condições político-administrativas da República Velha, quando se escolhia diplomata por sobrenome. Esse é o Brasil que o governo quer de volta. Para a frente Servir Brasil, a estabilidade é inegociável.

Deputado, existem discrepâncias que precisam ser atacadas no serviço público. O sr. mesmo disse que juízes, deputados não estão nesse texto. Devem entrar na reforma juízes, promotores, Congresso? Precisamos lembrar que não havia nenhum óbice ao governo para fazer isso [incluir outros Poderes]. O governo se apega a uma formalidade que não existe.

O governo, na hora de exemplificar para a sociedade por que precisa de uma reforma, vai asar o juiz que acumulou férias e recebeu uma bolada de meio milhão. Mas ele não diz para a sociedade que a PEC não está tratando disso.

Por que a PEC, na avaliação do sr., atinge os servidores que estão na ponta, aqueles que ganham R\$ 2.700? Porque eles é que vão perder estabilidade. Qual a chance de um professor ser carreira típica de Estado? Qual a chance de a enfermeira ser, ou do médico? Não tem chance.

Aí vamos ver aquele fura-fila do hospital, sabe? Sabe aquela pressão do prefeito para que passe o paciente aliado dele na frente do outro? Então é isso que vamos ver.

Quem trata da reforma administrativa não são especialistas em recursos humanos, economistas. Ela tem caráter fiscalista. Toda vez que o Brasil tiver de pagar uma conta, e estivermos sob este governo, ele vai definir o pagador da conta na figura do servidor e do trabalhador.

Professor Israel Batista (PV-DF), 39

É mestrando em políticas públicas e governo pela FGV (Fundação Getulio Vargas) e formado em ciência política pela UnB (Universidade de Brasília). Foi por dois mandatos deputado distrital e, em 2018, foi eleito deputado federal. Preside a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, a Servir Brasil, e integra também a Frente de Educação

Entenda a reforma administrativa

Proposta cria diferentes tipos de vínculo

Estabilidade ficará restrita a um deles: cargo típico de Estado

As carreiras com direito ainda serão definidas. Precisa de concurso e não podem ter redução de remuneração nem de jornada

É criada a possibilidade de cargo por tempo indeterminado sem estabilidade e dependente de concurso

Proposta impede demissões por questões partidárias

Presidente pode reorganizar autarquias e fundações, reorganizar atribuições de cargos do Poder Executivo e extinguir órgãos, no entanto, relator na CCJ suprimiu esse trecho da PEC 32/2020

Servidores públicos em atividade no momento da aprovação das medidas não serão impactados

242

congressistas integram a Frente Parlamentar Mista em

Defesa do Serviço Público, a Servir Brasil. São 235 deputados federais e 7 senadores

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

34

Só eficiência maior não resolve redução da pobreza, é preciso gastar mais, diz Ipea

Fabio Graner

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186876?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186876?page=1§ion=1

Por que Paulo Guedes agora preocupa investidores estrangeiros

Daniel Gallas - Da BBC News Brasil em Londres

Credibilidade do ministro da Economia e vacinação no Brasil são fatores fundamentais para recuperação econômica, na avaliação de investidores.

Por anos, analistas de mercado e investidores estrangeiros insistiram em uma tese sobre a economia brasileira: a de que a aprovação de reformas estruturais seria vital para que o país entrasse em uma trajetória de crescimento semelhante a de outros emergentes, como Índia e China.

A equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, vem correndo contra o tempo para aprovar ainda este ano algumas dessas reformas desejadas por investidores ? antes que o calendário do Congresso fique praticamente paralisado por conta das eleições de 2022.

No entanto, consultorias que trabalham diretamente com investidores estrangeiros disseram à BBC News Brasil que hoje a maior preocupação dos investidores estrangeiros não é com a aprovação de reformas ? mas sim com a credibilidade e permanência do ministro Paulo Guedes no governo e com o andamento da pandemia de coronavírus.

Na visão dos analistas, as duas reformas com maior expectativa de serem votadas neste ano ? a tributária e a administrativa ? são vistas como importantes por investidores estrangeiros para melhorar as perspectivas de longo prazo do Brasil, mas nenhuma delas têm impacto imediato no que eles enxergam como o grande desafio da economia: que é evitar que a trajetória da dívida brasileira saia de controle.

O Brasil tem hoje uma relação dívida/**PIB** próxima de 90% ? um patamar considerado alto para alguns países emergentes.

A forma de reduzir o tamanho do endividamento é produzindo superávits fiscais, ou seja, com a máquina pública arrecadando mais dinheiro do que gasta. No entanto, o Brasil vem produzindo déficits fiscais, e a pandemia agravou ainda mais essa situação, já que o governo se viu obrigado a gastar mais para compensar a redução brusca na atividade econômica.

Caso o endividamento saísse de controle, investidores

estrangeiros passariam a duvidar da capacidade do Brasil de controlar sua **inflação** (já que, sem recursos suficientes de arrecadação, seria necessário emitir mais moeda ou refinar os empréstimos) e uma recuperação econômica ? com a volta de empregos e crescimento ? estaria ameaçada.

Para investidores estrangeiros, mesmo que as duas reformas na pauta não passassem este ano no Congresso, a trajetória da dívida nos próximos anos não dependeria exclusivamente delas.

Eles estão mais preocupados com o compromisso do governo de Jair Bolsonaro de não estourar o teto de gastos ? ou seja, de aumentar desenfreadamente o gasto do orçamento, sem se preocupar se o Brasil tem capacidade ou não de suportar esses custos.

As duas maiores ameaças para a economia brasileira seriam uma eventual saída de Paulo Guedes, com entrada de um ministro da Economia mais gastador, e uma piora da pandemia, que exigiria mais gastos, como o com auxílio emergencial, visto como vital para os brasileiros nos momentos de agravamento da pandemia.

A visão dos investidores estrangeiros contrasta fortemente com o otimismo que se registrava antes da pandemia ? quando havia uma empolgação geral com o discurso de Paulo Guedes, que prometia reformas profundas no gasto público e uma agenda robusta de privatizações.

O investidor estrangeiro, e o mercado em geral, achava que o Paulo Guedes seria o Messi: o número dez da economia, que ia fazer golaço de tudo que é jeito, de calcanhar, de bicicleta, diz Lucas de Aragão, sócio da Arko Advice, uma das principais empresas de análise política do Brasil.

Mas hoje o investidor vê o Paulo como um goleiro, que vai evitar alguns desastres maiores. E ele até já evitou recentemente, como quando convenceu o presidente que tirar o Bolsa Família do teto de gastos não era uma boa ideia. Eles (os investidores) têm medo que, com a saída do Paulo Guedes, entre alguém no ministério que não tenha esse mesmo compromisso ou a mesma proximidade com o Bolsonaro.

A Arko Advice, sediada em Brasília, elabora relatórios

e mantém conversas semanais com cerca de 150 bancos e fundos estrangeiros que têm investimentos ou interesse no mercado brasileiro.

Os clientes da Arko incluem investidores estrangeiros dos mais diferentes níveis: desde fundos que entram no mercado brasileiro através de aquisição de ações de empresas nacionais na bolsa a multinacionais e outros grupos privados, que têm interesse em abrir operações e filiais no Brasil ou adquirir empresas através de fusões ou aquisições.

Segundo Aragão, para o investidor estrangeiro, a principal função do goleiro Guedes seria segurar o teto de gastos, contendo ímpetus que vêm de dentro do próprio governo para que se gaste mais.

Muitos entendem que o Brasil já furou em parte o teto, pois precisou gastar mais com auxílios emergenciais devido à pandemia ? algo que muitos outros governos no mundo também tiveram de fazer, alguns em escala muito maior. No entanto, esses gastos são vistos como excepcionais e não-recorrentes.

O maior temor dos investidores hoje, que é o que eu mais recebo de perguntas, é sobre um rompimento total do teto de gastos. Ele já foi meio rompido, está com uns furos. Mas eles têm medo agora de esse teto virar um rooftop (terraço aberto) de gastos, onde não existe mais teto e se gasta à vontade.

A outra grande ameaça ao teto de gastos, segundo as consultorias, seria o agravamento da pandemia de coronavírus, já que o Brasil foi um dos países mais seriamente afetados pela covid-19.

O grupo Eurasia tem escritórios em diversas partes do mundo e envia relatórios semanais a investidores atribuindo notas de riscos associadas a cada país.

Antes da pandemia, o Brasil era classificado pela Eurasia como positivo ? tanto na trajetória de curto prazo como na de longo prazo. Mas hoje ? depois da deterioração fiscal forte que aconteceu com a pandemia ? o Brasil aparece como neutro .

A preocupação maior no curto prazo é sobre o que vai acontecer com o Brasil se a pandemia piorar. O maior risco é que se faça uma abertura muito prematura da economia, e com isso venha uma terceira onda da pandemia e uma nova rodada de discussões em Brasília sobre como estender o auxílio emergencial , diz Christopher Garman, da Eurasia em Brasília.

Entre os possíveis riscos, que teriam repercussões negativas na economia brasileiras, estão o atraso na vacinação, a reabertura precoce da economia e o surgimento de novas variantes. Qualquer um desses

fatores poderia desencadear um aumento nos números de casos, hospitalizações e mortes por covid ? levando governo e Congresso a precisarem ampliar seus gastos de ajuda econômica.

Lucas Aragão, da Arko, afirma que nos últimos anos o Brasil foi um dos países que mais fizeram reformas na sua economia.

Ele cita reformas trabalhistas, fim do imposto sindical, lei das licitações, saneamento, autonomia do Banco Central, lei do gás, nova lei de governança das estatais, entre outras.

Para os investidores estrangeiros com quem ele conversa, as duas principais reformas na pauta do Congresso hoje ? a trabalhista e a administrativa ? são importantes para mostrar que o país segue comprometido em melhorar o ambiente de negócios no país.

Christopher Garman, da Eurasia, ressalta que as duas reformas são importantes para mostrar aos investidores que o país não perdeu seu rumo, no entanto, elas são menos urgentes do que a reforma da Previdência, aprovada no primeiro ano do governo Bolsonaro.

Aquela era uma reforma com impacto direto no gasto fiscal brasileiro e na trajetória da dívida do país.

As reformas de agora terão apenas impactos de longo prazo. A reforma administrativa, por exemplo, só afetará novas contratações feitas pela máquina pública ? ela não vai mexer com salários, carreiras e benefícios de servidores atuais.

E mesmo que a reforma venha a ser aprovada neste ano, Garman acredita que ela demorará a ser implementada, pois precisa ser regulada através de outras leis complementares, que precisarão ser discutidas em minúcias no Congresso.

Tanto Aragão quanto Garman também não acreditam em uma **reforma tributária** ampla ? mas apenas em mudanças mais pontuais e modestas, como a unificação apenas de **impostos** federais em um só tributo. Essa reforma também não mudaria profundamente o valor arrecadado e a situação fiscal do país ? mas serviria mais para racionalizar o confuso sistema tributário do país, uma tarefa que segundo eles é praticamente um consenso nacional.

Aragão e Garman acreditam que ainda há tempo para se aprovar ambas as reformas até abril de 2022 ? que seria o limite para o Congresso Nacional fazer grandes mudanças, antes de parlamentares se engajarem totalmente nas eleições.

No entanto Aragão alerta que essa aprovação não virá sem dificuldades.

O Congresso Nacional nos últimos anos está muito mais independente e autônomo. Aquela base aliada do passado que digeria toda e qualquer política pública do governo não existe mais. Hoje é um caminho de imensa discussão , diz o analista da Arko.

Outro problema seria o tempo finito do Congresso Nacional para lidar com diferentes assuntos ao mesmo tempo ao longo de um ano. Com a agenda atualmente dominada por questões consideradas hoje mais urgentes pela população, como os efeitos da pandemia e a CPI da Covid, questões como as reformas administrativa e tributária podem acabar ficando relegadas a um segundo plano.

Além das questões econômicas existe também na cabeça do investidor internacional a preocupação com o cenário político eleitoral e o que vai acontecer com a equipe econômica depois da eleição de 2022.

Na análise que Garman passa a seus clientes, ele afirma que dificilmente um candidato de terceira via comprometido com reformas ? visto por muitos investidores como ideal ? tenha chances de ganhar a eleição.

A Eurasia acredita que a maior probabilidade é de uma disputa entre Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva.

Aragão afirma que investidores estrangeiros costumam ser menos passionais e mais pragmáticos do que os nacionais na hora de analisar os candidatos e suas propostas.

Até o momento, o que o investidor internacional me pergunta é muito direto ao ponto. Tipo: o Lula vai concorrer mesmo? Ele tem chances? Se ele concorrer, como será a campanha? E se ele ganhar, como será o Lula que entra na Presidência? É um Lula mais centrista, como vimos no Lula 1 (primeiro mandato, entre 2002 e 2005), ou mais à esquerda? , diz ele.

Recentemente o Lula afirmou que os Estados Unidos têm uma relação dívida/**PIB** de 120% e questionou por que o Brasil não poderia aumentar mais a sua dívida. O investidor nacional olha aquilo e fica apavorado enquanto o estrangeiro para e pergunta: ele está querendo dizer isso mesmo ou é mais bravata? . Ele é mais sóbrio.

Mas não vejo nenhum desespero do investidor internacional em relação ao Brasil. Se eles perceberem que as coisas não vão do jeito do que

gostam, eles viram a mão ou saem por um tempo e voltam depois , diz Aragão.

Virar a mão é uma referência à forma como se pode investir no mercado acionário ? de comprado em empresas nacionais (quando ele acredita em uma alta das ações) a vendido (quando ele acredita que as ações cairão).

Eles não precisam estar no Brasil, se não quiserem.

Já assistiu aos nossos novos vídeos no YouTube ? Inscreva-se no nosso canal!

<https://www.youtube.com/watch?v=VTTp7e9yzX4>

<https://www.youtube.com/watch?v=1a56kllucug>

<https://www.youtube.com/watch?v=JIQjCWedrRQ>

Site: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2021/05/21/por-que-paulo-guedes-agora-preocupa-investidores-estrangeiros.htm>

Gasolina a R\$ 3,225 em BH no Dia Livre de Impostos

O Dia Livre de **Impostos** será na quinta-feira da próxima semana e promete preços baixos em Belo Horizonte. Um dos itens que mais sofrem aumento de preço, a gasolina será ofertada por R\$ 3,225 no Posto Pica Pau, na Avenida do Contorno, 10.325, Região Noroeste da cidade. Apesar do bom preço, há regras para completar o tanque. Segundo a Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL/BH), serão 122 vouchers disponibilizados para os interessados, que devem ser retirados no site do Clube de Vantagens da CDL/BH (cdlbh.com.br) em 24 e 25 de maio.

O abastecimento é limitado a R\$ 130 por carro, o equivalente a 40,31 litros, e motos não podem participar da promoção. O Posto Pica Pau vai destinar cinco mil litros de gasolina para a ação, que ocorrerá em 27 e 28 de maio, das 6h às 18h, com pagamento apenas em dinheiro.

Segundo a CDL, será disponibilizado um voucher por CPF e, para retirar, os interessados devem acessar o site do Clube de Vantagens da CDL/BH ou baixar o aplicativo na Play Store (Android) ou Apple Store (iOS). Em seguida, deverão se cadastrar, clicar no banner "DLI" ou pesquisar "DLI" e clicar em "utilizar". Em 27 e 28 de maio, será necessário apresentar o cupom no posto de gasolina.

NACIONAL

Iniciativa da CDL/BH e da CDL Jovem, há quatro anos, a ação passou a ser realizada em outros estados brasileiros com o apoio da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL). Neste ano, já são 173 cidades participantes de 22 estados. Até o momento, 1.030 lojas em diversas regiões do país vão oferecer mercadorias sem as taxas responsáveis por sobrecarregar o valor final dos produtos. São drogarias, perfumarias, supermercados, autoescolas, escolas de idiomas, lojas de material de construção, pet shops, lojas de calçados, roupas e acessórios.

*Estagiária sob supervisão da subeditora Ellen Cristie

Bolsonaro mira 2022 e bases com decreto para limitar exclusão de posts



Jair Bolsonaro durante inauguração de ponte entre Piauí e Maranhão Isaac Nóbrega/Divulgação Presidência da República

Mateus Vargas e Daniel Carvalho - Brasília / Michele Oliveira Veneza

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) faz acenos a sua base eleitoral e mira a reeleição ao Palácio do Planalto ao dar aval para elaboração de decreto que limita a retirada de publicações e contas das redes sociais.

Considerado ilegal por advogados e especialistas, o texto determina que posts só sejam removidos por decisões judiciais. As exceções seriam violações ao ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), pedidos do próprio usuário ou de terceiros, além de casos que configuram crimes.

Aliados de Bolsonaro dizem que levaram reclamações ao Planalto sobre restrições de conteúdos em redes sociais. Eles e o presidente temem entrar na disputa eleitoral com o alcance de suas contas limitado pelas políticas de uso de redes como Facebook, Twitter, Instagram e Youtube.

As mídias digitais são o principal meio de comunicação de Bolsonaro e foram decisivas para a eleição de 2018. No Planalto, há um departamento de comunicação digital, apelidado de "gabinete do ódio". É atribuído a este grupo a elaboração de ataques virtuais a adversários.

Ao anunciar a elaboração do decreto, Bolsonaro admitiu irritação com limites **impostos** pelas redes a sua própria conta e às de seus apoiadores. "A minha rede social talvez seja aquela que mais interage em todo o mundo. Somos cerceados, muitos que me apoiam são cerceados", disse Bolsonaro, em discurso, no último dia 5.

Publicações do presidente e de seus apoiadores foram excluídas das redes sociais durante a pandemia da Covid-19 por desinformar sobre a doença. Em abril deste ano, o Twitter colocou um aviso de publicação "enganosa" em crítica do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) à adoção de medidas de lockdown para combater a pandemia.

No mesmo discurso, Bolsonaro afirmou que as redes sociais têm "papel excepcional" para que a população "possa ter informações verdadeiras".

Ele disse que estes canais tiveram papel importante na eleição de 2018 e citou o papel do seu filho e vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ) durante a campanha. "São pessoas perseguidas o tempo todo", afirmou.

Pela proposta do texto em análise pelo governo federal, que muda a regulamentação sobre o Marco Civil da Internet, a exclusão de contas das redes sociais também dependeria de decisão judicial. Neste caso, há brechas, por exemplo, para apagar perfis falsos ou inadimplentes.

Na leitura de especialistas consultados pela Folha, esta regra também atinge campanhas -como as defendidas pelo grupo Sleeping Giants, por exemplo- de desmonetização de contas que promovem discursos de ódio.

A minuta do decreto foi elaborada dentro da Secretaria de Cultura, comandada pelo ator Mario Frias, membro da chamada ala ideológica do governo federal.

Ainda em abril, Frias informou a ministros, por ofício, que apurava "eventuais irregularidades" na remoção de conteúdos "intelectualmente protegidos" das redes soe- ais. A Cultura havia feito questionamentos ao YouTube, Facebook, Twitter e Instagram sobre critérios para exclusão de conteúdos e perfis.

Nos escritórios, Frias afirma que o governo federal recebeu relatos de retirada de conteúdos de redes sociais sem nenhuma justificativa.

Em entrevista à Folha nesta quinta-feira, 20, na Itália, onde acompanha a abertura do pavilhão brasileiro da 17ª Mostra Internacional de Arquitetura da Bienal de Veneza, Frias disse ter "carta branca do presidente da República" para tratar do tema.

Auxiliares de Frias que integram o grupo mais ideológico do governo têm usado as redes sociais para se queixar da exclusão de publicações.

"Sabe pq as Big Techs estão tentando calar os conservadores com censura? Pq no argumento, na razão e no judiciário não conseguem, estão querendo atingir na sua principal ferramenta de comunicação ao público. O que depender de nós, não conseguirão!" escreveu o secretário Nacional de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual, Felipe Carmona, no último dia 15.

Se publicado o decreto, caberá à pasta de Carmona fiscalizar as empresas. O texto propõe punição às companhias de tecnologia que vão desde advertência até proibição de atuar no Brasil.

Dentro do governo, porém, a medida é vista com ressalvas. A própria consultoria jurídica do Ministério do Turismo, que abriga a Cultura, sugeriu que o texto seja apresentado como um projeto de lei ou medida provisória, para evitar contestação jurídica.

Aliada de Bolsonaro, a deputada Carla Zambelli (PSL-SP) defende limitar as atividades das empresas de tecnologia. "A direita está sendo reduzida, provavelmente com vistas às eleições de 2022.0 que vai acontecer se as nossas redes sociais começarem a ser deletadas desse jeito?", disse Zambelli.

Para ilustrar o que considera um abuso das empresas, a deputada disse à Folha que teve 19 vídeos apagados do Facebook "apenas" por citar o uso da hidroxicloro-quina como tratamento para a Covid-19. A droga é ineficaz contra o vírus.

Procurado, o Ministério do Turismo informou em nota que a minuta do decreto foi enviada para consulta de órgãos responsáveis e "tem como objetivo tão somente incluir um capítulo no marco legal da internet no Brasil referente aos direitos do consumidor, de forma a assegurar a proteção dos usuários contra qualquer decisão arbitrária das empresas de redes sociais em funcionamento no Brasil".

Para advogados consultados pela Folha, o texto é ilegal e inconstitucional. "O decreto restringe a

liberdade das empresas de gerir seus ambientes online. Vai assoberbar o Judiciário com casos triviais", afirma o diretor do ITS (Instituto de Tecnologia e Sociedade), Carlos Affonso Souza.

Para Paulo Rená, professor de direito no UniCeub e integrante da Coalizão Direitos na Rede, o texto pode dificultar a remoção de conteúdos com discurso de ódio.

Os professores concordam que é preciso avançar no debate sobre a transparência das decisões de retirada de contas e conteúdos das redes sociais. Eles afirmam que o local adequado para a discussão é o Congresso Nacional.

Google, YouTube, Facebook, Instagram e Twitter não quiseram se manifestar. A Folha apurou com autoridades que acompanham a elaboração do texto que as empresas não foram avisadas sobre a proposta.

-
Rede social não pode dizer como deve ser a lei, diz Mario Frias

O secretário especial da Cultura, Mario Frias, disse ser favorável ao decreto para limitar a retirada de posts e perfis de redes sociais, afirmando que "não pode chegar uma empresa privada e dizer como vai funcionar a lei dentro do país".

Frias falou à Folha na Itália, durante a abertura do pavilhão brasileiro da 17ª Mostra Internacional de Arquitetura da Bienal de Veneza.

O texto preparado pelo governo impede que as companhias retirem informações do ar somente por julgarem que as próprias políticas foram violadas pelos usuários. Para advogados consultados pela Folha, o decreto é ilegal e inconstitucional.

"Precisa haver essa discussão, questionar essas empresas, 'por que você está tirando da timeline um determinado post?'. O certo é a lei tirar, ele não pode ser uma plataforma que se diz livre e colocar uma linha editorial", afirmou.

"Então, que se faça uma linha editorial, faça um aplicativo em que se diga 'aqui, você só vai pintar de verde'. Na minha opinião, a Constituição é o nosso norte, é o que vai definir toda a legislação do país. Acredito que esse é o caminho. Se houver um cerceamento da liberdade, tem que haver um julgamento, tem que haver um processo, tem que ter um regramento legal, não simplesmente este 'não gostei do que você postou, não concordo com o que

você está falando e vou tirar você'." Publicações do presidente Bolsonaro e de seus apoiadores foram excluídas durante a pandemia da Covid-19 por desinformar sobre a doença. Em abril deste ano, o Twitter colocou um aviso de publicação "enganosa" em crítica do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) ao lockdown.

Para o secretário especial da Cultura, " todo mundo tem o direito de falar o que quer, ou ninguém tem o direito de falar o que quer. Por que algumas pessoas têm direito e outras não? E quem é que está definindo quem tem esse direito? Essa pessoa não está sob as leis do Brasil?" Questionado sobre se o Palácio do Planalto tem participado dessas conversas, Frias respondeu: "Eu tenho carta branca do presidente da República". Segundo o secretário, a secretaria está aberta ao diálogo sobre o assunto.

"Qualquer movimento que a Secretaria de Cultura faz a gente vai dialogar muito. Vai ter opinião dos ministros, vamos conversar sobre o que é pertinente a essa ação. Isso é uma máxima deste governo, os ministros conversam entre si, opinam. Na esfera pessoal, a gente se consulta, pergunta", disse.

Relembre posts de Bolsonaro apagados

No fim de abril de 2020, o Twitter apagou pela primeira vez, duas postagens feitas pelo presidente.

A empresa considerou que os conteúdos violavam as regras de uso ao potencialmente colocar as pessoas em maior risco de transmitir o coronavírus. Os posts eram de vídeos do tour que o presidente fez no DF, contrariando seu próprio ministro da Saúde na época, Luiz Henrique Mandetta, que recomendou que as pessoas ficassem em casa como medida de enfrentamento ao coronavírus.

Nas filmagens, Bolsonaro cita o uso de cloroquina para o tratamento da doença e defende o fim do isolamento social. Em um dos posts, em Taguatinga, ele conversa com trabalhadores informais, escuta críticas à quarentena, concorda com a cabeça, e diz que o medicamento está dando certo.

No outro, em Sobradinho, o presidente entra em um açougue, fala com funcionários, projeta o desemprego que o isolamento social pode causar e, de novo, cita o remédio.

Um dia depois, Facebook e Instagram também excluíram o post com o vídeo do passeio "Removemos conteúdo no Facebook e Instagram que viole nossos Padrões da Comunidade, que não permitem desinformação que possa causar danos reais às pessoas", disse o Facebook em nota.

Em janeiro deste ano, post de Bolsonaro no Twitter sobre tratamento precoce foi marcado como "informação enganosa"

"A minha rede social talvez seja aquela que mais interage em todo o mundo. Somos cerceados, muitos que me apoiam são cerceados" Jair Bolsonaro presidente da República, sobre as restrições impostas por redes sociais a publicações

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

34

Depoimento de Pazuello reforça omissão em Manaus



O ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello depõe na CPI da Covid no Senado. Pedro Ladeira/Folhapress

Julia Chaib e Renato Machado - Brasília

A sequência do depoimento do ex-ministro Eduardo Pazuello (Saúde) à CPI da Covid do Senado reforçou as acusações de omissão do governo federal para enfrentar o colapso do sistema de saúde no Amazonas, durante a primeira e a segunda ondas da pandemia.

Na sessão desta quinta-feira (20), o presidente da CPI, Ornar Aziz (PSD-AM), pediu que um relatório parcial das investigações seja concluído pelo relator, o senador Renan Calheiros (MDB-AL). O texto vai englobar a apuração dos 30 primeiros dias de atividades da comissão.

Na véspera, o general tentou blindar o presidente Jair Bolsonaro (sem partido), reagiu algumas vezes a Renan e mentiu em ao menos quatro oportunidades sobre sua gestão na pandemia.

Nesta quinta, o depoimento foi retomado, após ter sido suspenso na quarta para a realização de sessão do Senado com votação de projetos.

Além disso, o ex-ministro chegou a passar mal, sendo atendido pelo senador Otto Alencar (PSD-BA), integrante da comissão e médico. Pazuello negou que tivesse passado mal a ponto de não poder continuar seu depoimento.

Na segunda etapa, grande parte das questões foram referentes ao colapso do sistema de saúde do Amazonas, em especial de Manaus.

Pazuello disse que a decisão de não intervir na saúde amazonense em abril do ano passado não foi dele, mas tomada em reunião ministerial, com a presença de Bolsonaro.

"Foi levado à reunião de ministros com o presidente. E o governador, presente, se explicou, apresentou suas observações. E foi decidido pela não intervenção", completou.

Em relação à crise posterior no Amazonas, em janeiro deste ano, Pazuello se eximiu de responsabilidades pelos problemas, principalmente pela falta de oxigênio, que resultou em mortes por asfixia. Disse que a responsabilidade pela aquisição de insumos e suprimento dos cilindros era do governo local e culpou a empresa fornecedora.

"No momento que a secretaria deixa de acompanhar o processo e se antecipar ao processo, a responsabilidade quanto a isso é clara no sistema: é da Secretaria de Saúde do Amazonas, ponto", disse.

"Então, a empresa White Martins que é a grande fornecedora, associada também, somada à produção da Car-box, que é uma empresa menor, ela já vinha consumindo a sua reserva estratégica e não fez essa posição de uma forma clara desde o início. Começa aí a primeira posição de responsabilidade. Não tem como nós isentarmos essa primeira posição", disse.

Também apresentou nova versão sobre uma conversa telefônica com autoridades do Amazonas sobre falta de oxigênio. E manteve a afirmação de que só soube do problema na noite do dia 10 de janeiro.

Ao ser confrontado com documento oficial encaminhado pelo Ministério da Saúde para a Câmara dos Deputados, de que teria tratado de oxigênio no dia 7 do mesmo mês, disse que falou sobre o tema, mas com perspectiva diferente.

"Olha só, isso [documento] é o papel, escrevendo, agora estou falando pessoalmente sobre esse assunto. O telefonema do secretário de Saúde para mim, no dia 7, à noite, foi exclusivamente para apoio logístico de transporte de tubos de oxigênio que iam para o interior do Amazonas, saindo de Belém para Manaus", afirmou, negando mais uma vez que tivesse tratado da falta de oxigênio.

Mas a Secretaria de Saúde do Amazonas desmentiu o ministro. Em nota divulgada nesta quinta, a pasta diz que foi informada dos problemas de fornecimento do oxigênio pela empresa e repassou o alerta no mesmo dia para Pazuello.

O relator Renan apontou mentiras de Pazuello e pediu ao presidente da comissão para contratar "um serviço para fazer uma procura online, uma varredura das mentiras ou verdades pronunciadas".

"Já tivemos uma primeira amostragem das contradições. O depoente em 14 oportunidades mentiu flagrantemente", afirmou Renan.

Em alguns momentos, o general tentou se descolar de Bolsonaro, afirmando não concordar com algumas de suas posições, em especial em relação à hidroxicloroquina.

"A posição do presidente ou outros ministros são deles, é juízo de valor deles. Há impacto? Isso é imensurável, é incalculável", afirmou.

"Na minha visão, as ações dele não mudaram a minha visão. Eu não fiz e não faria e não deixei fazer. Se aconteceu em outro nível do ministério, foi sem minha autorização. Eu não concordo com isso. Eu não comprei nenhum grama de hidroxicloroquina, não fometei o uso", disse, afirmando que apenas distribuiu o medicamento pedido.

Pazuello também disse que o presidente fala de "improviso, de pronto"] mas que depois "algumas coisas precisam ser corrigidas, reconversadas". Em outro momento, disse não ser o único responsável pela situação atual, após uma pergunta provocadora da senadora Leila Barros (PSB-DF).

"É o único ou principal responsável pelo desastre sanitário que enfrentamos hoje?", questionou a senadora.

"É claro que não, não estou dizendo que sou o único responsável", respondeu. "Todos os gestores são responsáveis." Ele negou ter ignorado as ofertas de venda de vacinas da Pfizer, afirmando que manteve pressão sobre a empresa para que mudasse as cláusulas que considerou leoninas, como imunidade para eventuais efeitos colaterais.

"Foi constante a pressão para que se reduzisse as cláusulas", afirmou. "Minha posição com a Pfizer era que ela flexibilizasse para o Brasil, porque não tínhamos lei para isso", acrescentou.

Voltou a afirmar que havia proposto mudança na

legislação, mas que os departamentos jurídicos dos ministérios afirmaram que a iniciativa deveria partir do Congresso.

Ele então afirmou acreditar que nem chegou à mesa do presidente proposta de medida provisória para alterar a legislação e permitir ao poder público assumir os riscos **impostos** pelos laboratórios.

Houve momentos tensos. Em discurso duro, o senador Otto Alencar criticou duramente Pazuello, afirmando que ele não poderia ter sido titular da pasta, pois "não sabe nada sobre a doença". Também criticou feias anteriores dele contrárias à máscara.

O senador governista Marcos Rogério (DEM-RO) mostrou vídeo de governadores e secretários estaduais a favor da hidroxicloroquina.

Disse que o intuito era mostrar que há uma "sanha vingadora" contra Bolsonaro, desviando o foco dos governadores.

O vídeo mostra governadores opositoristas ou aliados de membros da comissão, como Flávio Dino (MA), Helder Barbalho (PA) e o filho do relator da comissão, o governador Renan Filho (AL).

"Não estou expondo os governadores para os condenar, porque ainda hoje acho que estão corretos", afirmou.

Os senadores da comissão rebateram que o vídeo mostra falas do início da pandemia, quando havia ainda incerteza em relação ao tratamento da Covid-19.

Outro assunto alvo da CPI foi o aplicativo criado pelo governo que receitava hidroxicloroquina até para bebês e é um dos pontos mais polêmicos da gestão Pazuello, sendo um dos motivos pelo qual ele é alvo de inquérito.

O ex-ministro afirmou que o aplicativo TrateCov foi divulgado ainda em fase de protótipo e que depois acabou hackeado, sendo colocado indevidamente no site do Ministério.

A intenção, segundo ele, era agilizar o diagnóstico. "No dia que descobrimos que foi hackeado, eu mandei tirar do ar imediatamente", afirmou.

"O hacker é tão bom que ele conseguiu colocar o aplicativo em uma matéria na TV Brasil", ironizou o presidente da CPI, citando o fato de que o aplicativo foi anunciado em evento oficial em Manaus.

-

Bolsonaro diz que teve sintomas de Covid-19 e tomou cloroquina

O presidente Jair Bolsonaro elogiou o depoimento do general Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde, à CPI. Em dois dias de depoimentos, ele distorceu informações e reforçou omissão do governo federal na crise da falta de oxigênio em Manaus.

"Pelo que fiquei sabendo agora, o Pazuello foi muito bem. Mas a CPI continua sendo um vexame nacional. Não querem investigar o desvio de recurso. Querem falar sobre -não vou falar o nome aqui para não cair a live- aquele negócio que o pessoal usa para combater a malária e eu usei lá atrás", disse Bolsonaro em menção à cloroquina.

Temendo sanções das empresas de redes sociais por estar promovendo um remédio sem comprovação científica de eficácia para a Covid, Bolsonaro não falou o nome da droga e, em alguns momentos, referiu-se ao medicamento como "o que eu ofereci à ema".

Bolsonaro, então, revelou que, apesar de andar sem máscara e seguir promovendo aglomeração, voltou a sentir sintomas da doença.

"Tomei aquele negócio para combater a malária e, no dia seguinte, estava bom. E vou dizer mais: há poucos dias, estava sentindo mal e, antes mesmo de procurar o médico, -olha só que exemplo que eu estou dando- eu tomei depois aquele remédio, que estava com sintoma. Tomei, fiz exame, não estava [infectado] . Mas, por precaução, tomei. Qual o problema? Eu vou esperar sentir falta de ar para procurar um hospital?"

"Eu não fiz e não faria e não deixei fazer. [...] Eu não comprei nenhum grama de hidroxiclороquina, não fometei o uso"

Eduardo Pazuello ex-ministro da Saúde

Depoimento em três pontos

CRISE EM MANAUS Pazuello afirmou que a decisão de não intervir na saúde amazonense em abril do ano passado não foi dele, e sim tomada em uma reunião ministerial, com a presença de Bolsonaro "Foi levado à reunião de ministros com o presidente. E o governador, presente, se explicou, apresentou suas observações. E foi decidido pela não intervenção. Foi dessa forma que aconteceu", completou. Em relação à crise posterior no Amazonas, em janeiro deste ano, Pazuello se eximiu de responsabilidades pelos problemas, principalmente pela falta de oxigênio, que resultou em mortes por asfixia. O general disse que a responsabilidade pela aquisição dos insumos e suprimento dos cilindros era do governo local e

também culpou a empresa fornecedora. Ele manteve a versão de que só ficou sabendo do problema na noite do dia 7 de janeiro. Ao ser confrontado com um documento oficial, encaminhado pelo Ministério da Saúde para a Câmara, de que teria tratado de oxigênio no dia 7 do mesmo mês, Pazuello afirmou que conversou sobre o tema, mas com uma perspectiva diferente, sobre transporte de tubos de oxigênio

POSIÇÕES DE BOLSONARO Em alguns momentos, o general tentou se descolar do presidente, afirmando não concordar com algumas de suas posições, em especial em relação à hidroxiclороquina.

"Na minha visão, asações dele não mudaram a minha visão. Eu não fiz e não feria e não deixei fazer. Se aconteceu em outro nível do ministério, foi sem a minha autorização. Eu não concordo com isso. Eu não comprei nenhuma grama de hidroxiclороquina, não fometei o uso", completou, afirmando que apenas distribuiu o medicamento pedido.

APLICATIVO TRATECOV Outro assunto foi o aplicativo criado pelo governo que receitava hidroxiclороquina até para bebês e é um dos pontos mais polêmicos da gestão Pazuello, sendo um dos motivos pelo qual ele é alvo de inquérito. O ex-ministro afirmou que o aplicativo TrateCov foi divulgado em fase de protótipo e que acabou hackeado, sendo colocado indevidamente no site do Ministério da Saúde. "No dia que descobrimos que foi hackeado, eu mandei tirar do ar imediatamente"

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49534>

Com alta de 45,22%, arrecadação federal bate recorde em abril

Eduardo Rodrigues Fabrício de Castro BRASÍLIA

A arrecadação de **impostos** e contribuições federais somou R\$ 156,8 bilhões em abril, valor recorde para o mês. O resultado representa um aumento real (descontada a **inflação**) de 45,22% na comparação com o mesmo mês de 2020, que foi bastante afetado pela pandemia de covid-19 e pelo adiamento na cobrança de alguns **tributos**.

Em relação a março deste ano, houve aumento de 13,34% no recolhimento de **impostos**.

O valor arrecadado no mês passado foi o maior para os meses de abril da série histórica, iniciada em 1995.

Para o ministro da Economia, Paulo Guedes, o resultado é uma "surpresa extraordinariamente favorável". "A economia brasileira parece que está acelerando.

Temos visto revisões das projeções de crescimento da economia para cima. A arrecadação de abril confirma quadro." Segundo o economista Helcio Takeda, da Pezco Investimentos, o resultado positivo da arrecadação reflete surpresas com a atividade econômica e efeitos de câmbio e **inflação**, que expandem a base tributável. Para Takeda, o desempenho acima da expectativa do mercado se deve aos resultados no Imposto de Renda, sobretudo retido na fonte, também na receita previdenciária. "Subestimamos o efeito do mercado de trabalho formal. A primeira leitura desses dados sugere um grau de formalização no processo de recontração de funcionários", afirmou o economista.

De acordo com avaliação da XP Investimentos, o resultado acima do esperado reflete a resiliência da atividade econômica no primeiro trimestre e a **inflação** pressionada, principalmente em relação aos preços ao produtor. A avaliação é de que essa combinação deve continuar favorecendo as contas públicas neste ano.

Matheus Rosa, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV), diz também acreditar que a arrecadação deve continuar em alta.

Ele pondera, no entanto, que há riscos pela frente, pois o período da pandemia é de incerteza, uma vez

que, a depender dos desdobramentos, pode haver novos impactos sobre a atividade e em diferimento de **tributos**.

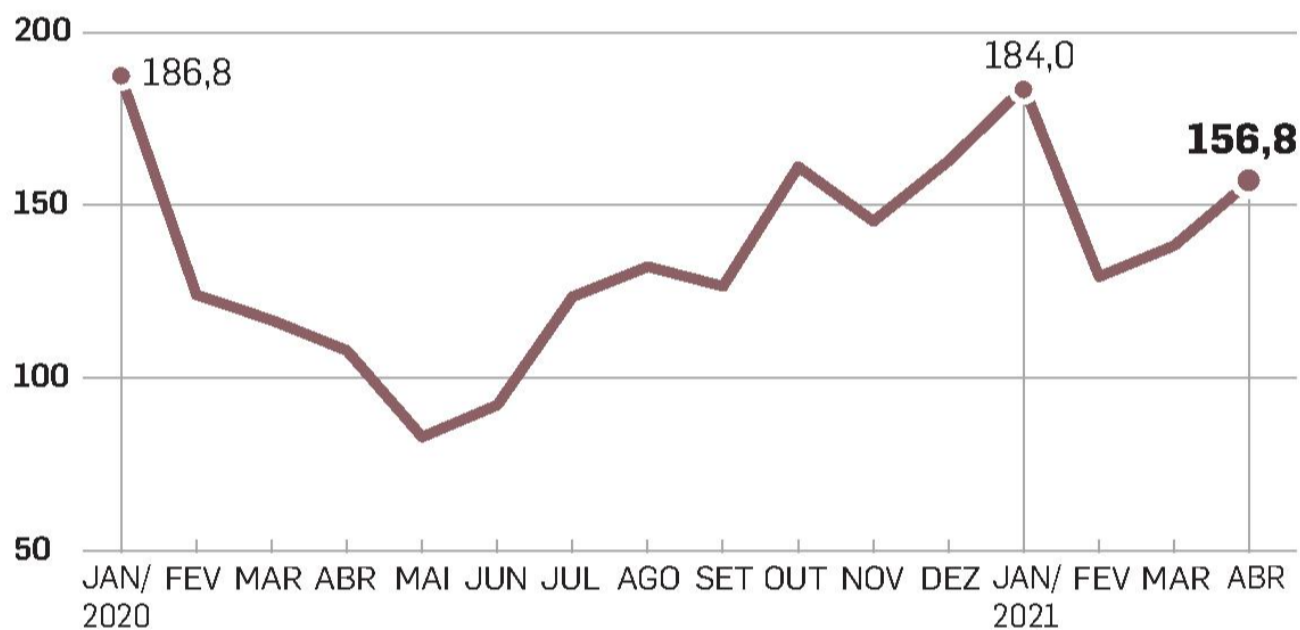
Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

EM ALTA

● Arrecadação federal de abril é recorde para o mês

Desempenho mensal

EM BILHÕES DE REAIS



FONTE: RECEITA FEDERAL

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

EUA propõem um imposto corporativo global mínimo de 15%

Veja a matéria no site de origem:

<https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Redesenho do IR geraria até R\$ 106 bi, aponta estudo

Fabio Graner

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186876?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186876?page=1§ion=1

Bolsonaro repete interferência em preços

Matheus Schuch

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186876?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186876?page=1§ion=1

Joe Biden: planos de incentivos econômicos e reforma fiscal - PALAVRA DO GESTOR

Julia Monteiro é analista fundamentalista da My CAP E-mail: julia.monteiro@mycap.com.br

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186876

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186876

Para analistas, dólar deve continuar caro

ROSANA HESSEL

A recente queda do dólar, que nos últimos dias oscilou entre R\$ 5,20 e R\$ 5,30 tem animado quem planeja viajar para fora do país quando a vacinação da maioria da população for uma realidade. Contudo, analistas ouvidos pelo Correio avaliam que a divisa norte-americana continuará valorizada e voltará a subir, podendo encerrar o ano acima das previsões mais conservadoras para dezembro, de R\$ 5,40.

De acordo com os analistas, existem dois motivos fortes para que a divisa norte-americana não fique abaixo de R\$ 5 neste ano e, muito menos, no ano que vem. O primeiro é o aumento das incertezas em relação às contas públicas do país. A desconfiança no discurso do governo em relação às reformas aumentou após a aprovação, pela Câmara dos Deputados, da medida provisória da privatização da Eletrobras. O texto veio cheio de "jabutis" - acréscimos que nada têm a ver com o propósito da matéria - que podem aumentar o custo da energia e os riscos de **inflação**.

O segundo motivo é a ameaça de aumento dos juros nos Estados Unidos, como reação às pressões inflacionárias desencadeadas pelo rápido crescimento da economia do país - o maior do mundo neste ano. O Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) sinalizou, na última quarta-feira, que começa a avaliar uma mudança na condução da política monetária, o que deve afetar a economia de países emergentes, como o Brasil.

A interpretação dos especialistas foi que o Fed está ficando menos leniente com a **inflação**, podendo sinalizar, nas próximas reuniões, a data em que vai começar, primeiro, a reduzir os US\$ 120 bilhões que vem injetando mensalmente na economia e, na sequência, elevar os juros básicos, atualmente entre zero e 0,25% anuais.

A expectativa dos analistas é de que o novo direcionamento do Fed será informado ao mercado no fim deste ano. Como consequência, o dólar - que vem caindo devido à entrada líquida de US\$ 12,2 bilhões de capital estrangeiro no Brasil desde o início de 2021 -, voltará a subir quando esse fluxo mudar de direção.

Riscos

Embora, a curto prazo, a tendência seja de queda no dólar, não há certeza de que as pressões

inflacionárias atuais são temporárias, tanto aqui quanto nos EUA, de acordo com os analistas. Além disso, há outros riscos envolvidos.

"O próximo ano é de muita incerteza devido às eleições, o que fará o câmbio oscilar bastante, especialmente. Não estamos muito otimistas em relação a 2022", disse Roberto Padovani, economista-chefe do Banco BV, que considera R\$ 5,60 para o dólar no ano que vem, uma previsão conservadora.

Apesar das previsões de que a dívida pública bruta do país, neste ano, será menor do que a do ano passado, há um consenso de que ela voltará a crescer em 2022, o que ajudará a manter o dólar acima de R\$ 5, de acordo com o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale.

Pelas estimativas dele, a dívida pública bruta chegará a 92% do **PIB** em 2022. Vale observar que a valorização da divisa americana "ganhou um componente de risco relacionado à deterioração das contas públicas (brasileiras)". Nas contas dele, se o endividamento estivesse estacionado em 77% do **PIB**, o dólar, hoje, estaria em R\$ 4,71. "A taxa de câmbio está muito atrelada à evolução da dívida pública e ela dará o tom da tendência do dólar nos próximos anos", disse.

O ex-diretor do Banco Central e economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Carlos Thadeu de Freitas Gomes, e Guilherme Martins, economista sênior do Itaú Unibanco, reforçaram o raciocínio. "A maior ameaça no ano que vem é a ganância e tudo indica que ela vai aumentar com as eleições" disse Gomes. "Para o real se valorizar mais, será preciso uma agenda de reformas mais robusta e mais clara. Há coisas positivas, mas ainda há muitas dúvidas se realmente haverá avanços", acrescentou Martins.

Vacinação lenta e política ameaçam retomada

Leonardo Vieceli porto alegre

A vacinação em ritmo aquém do desejado e a tensão política, acentuada pela CPI da Covid, trazem riscos para a economia brasileira e ameaçam a tentativa de reação da atividade, avaliam analistas. Desemprego e **inflação** em alta também são apontados como motivos de preocupação para o restante do ano.

No primeiro trimestre, a economia surpreendeu ao sinalizar que o impacto da piora da pandemia foi menor do que o esperado.

O que gerou uma dose de alívio no mercado financeiro foi o desempenho de indicadores como o IBC-Br (índice de Atividade Econômica do Banco Central), que, em relação aos três últimos meses do ano passado, subiu 2,3% no primeiro trimestre, apesar da baixa de 1,59% em março. Naquele mês, estados e municípios e levaram restrições para tentar frear o avanço do coronavírus, o que abalou setores como comércio e serviços.

Conforme economistas, a reversão do ritmo de março e a retomada do que se viu nos dois primeiros meses do ano dependem da imunização, para que atividades possam ser reabertas sem sobressaltos.

"Todo o esforço do país deveria ser direcionado à vacinação, que está muito lenta. Não vejo outra saída", diz o pesquisador Cláudio Considera, coordenador do Monitor do **PIB**, calculado pelo FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas).

O índice, que basca antecipar o ritmo da atividade, subiu 1,7% no acumulado do primeiro trimestre, mas em março caiu 2,1%.

Além da vacinação ainda lenta, Considera diz que a "brutal incerteza política" representa risco adicional. "Você não sabe o que vai acontecer no Brasil amanhã", pontua

Na avaliação do economista-chefe da Messer Investimentos, Gustavo Bertotti, o primeiro trimestre veio melhor do que se esperava. Ele também vê uma perspectiva positiva principalmente para o segundo semestre, em razão da imunização. "Mas também é preciso que o país avance nas reformas. A dívida [pública] se elevou muito. Vemos com preocupação o

cenário para as contas públicas."

Apesar das ressalvas, o mercado financeiro passou a prever alta de 3,45% para o **PIB** em 2021, conforme boletim Focus, do Banco Central, da segunda (17). Na semana anterior, a estimativa era de avanço de 3,21%.

"O resultado para a atividade econômica foi positivo no primeiro trimestre, excluindo março. O mês até jogou água no chope, mas não foi suficiente para deixar o chope aguado", afirma o economista Marcelo Portugal, professor da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

De acordo com ele, fatores como o apetite internacional por commodities e a adaptação de parte dos setores às restrições da crise sanitária estimularam a economia na largada do ano. Por outro lado, o professor chama atenção para os riscos da **inflação** e do desemprego em alta.

Vacinação lenta e política ameaçam retomada

Pressionado por alimentos e combustíveis, o IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) subiu 6,76% no acumulado de 12 meses até abril, conforme o IBGE. Ou seja, está acima do teto da meta de **inflação** de 2021 (5,25%).

O centro da meta deste ano é de 3,75%. Pelo Focus, a estimativa do mercado é que o IPCA feche 2021 em 5,15%. Essa previsão vem subindo nas últimas semanas.

"Alguns indicadores saíram melhores, outros piores. Um ponto que me incomoda muito é a **inflação**. O cenário de **inflação** está estranho. Inspira cuidados", afirma Alexandre Espírito Santo, economista da Órama e professor do Ibmecc-RJ.

Ele ressalta que a economia precisa do avanço da vacinação para ter "conforto maior". Enquanto a imunização não é destravada, o setor de serviços tende a ser o mais impactado pela crise sanitária, lembra o professor. É que o segmento, responsável por cerca de 70% do **PIB**, reúne negócios que dependem da circulação de consumidores, incluindo hotéis, bares e restaurantes.

A reação de serviços também é crucial para a melhora do mercado de trabalho. No trimestre encerrado em fevereiro, a taxa de desemprego chegou a 14,4%. A marca representa 14,4 milhões de pessoas desocupadas, recorde da série histórica do IBGE, com dados desde 2012.

"Com o desemprego em alta, muitas pessoas cortam despesas com serviços. Não contratam diarista, não vão ao cabeleireiro, por exemplo", cita Espírito Santo.

Ele também menciona a existência de incertezas políticas. Para o economista, as articulações envolvendo o cenário eleitoral do próximo ano podem travar o andamento de reformas.

"Temos de ver quais serão as consequências políticas do que estamos vendo. A eleição é no próximo ano, mas já está na rua", analisa.

O Ministério da Economia elevou de 3,2% para 3,5% a projeção de crescimento do **PIB** em 2021 e também aumentou a estimativa para a **inflação** medida pelo IPCA, de 4,42% para 5,05%.

A pasta destaca que o setor de serviços, o principal da economia brasileira, tem apresentado recuperação em 2021 com um nível mais próximo ao pré-crise.

INVESTIMENTO NO BRASIL TEM PIOR DÉCADA EM 50 ANOS

Os aportes, tanto públicos quanto privados, foram equivalentes a 17,7% do **PIB** de 2011 a 2020, o resultado mais fraco desde a década de 1961 a 1970, segundo estudo dos pesquisadores Juliana Trece e Cláudio Considera, do Ibre/FGV.

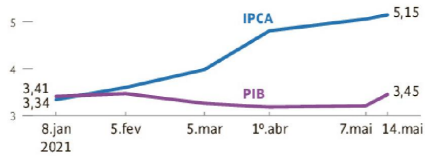
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

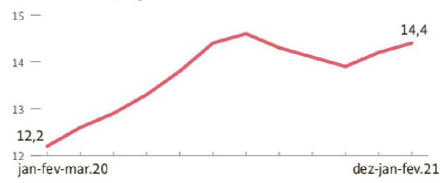
34

Inflação, desemprego e vacinação lenta preocupam mercado

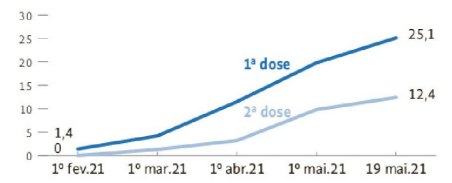
Expectativas de economistas para IPCA e PIB ao fim de 2021, segundo BC Em %



Taxa de desemprego Em %



Parcela da população adulta vacinada no país Em %



Fontes: Boletim Focus, do Banco Central; BGE e consórcio formado pelos veículos Folha, UOL, O Estado de S. Paulo, Extra, O Globo e G1

Faltou comida para 25% dos brasileiros nos últimos meses



Entrega de alimentos para pessoas carentes no centro do Rio Ricardo Borges - 26.mar.21/Folhapress

Thiago Amâncio

Um a cada quatro brasileiros afirma que a quantidade de comida na mesa para alimentar a família foi menor do que o suficiente nos últimos meses, durante a pandemia da Covid-19, mostra pesquisa Datafolha.

O levantamento aponta também que 88% dos entrevistados disseram perceber que a fome no país tem aumentado.

A situação é mais sentida por mulheres, negros e pessoas menos escolarizadas.

Faltou comida para 40% dos que têm apenas o ensino fundamental completo. A fome foi mais sentida também por moradores da região Nordeste.

Outro fator relacionado à fome foi a quantidade de adultos trabalhando nas famílias: onde só um adulto trabalha, 29% tiveram menos comida que o suficiente. Onde nenhum trabalha, o número salta para 35%.

Uma dessas casas sem adultos empregados é a de Kelly Celestino, 45, que vive na favela de Heliópolis, zona sul de São Paulo, e está sem emprego desde o início da pandemia.

"Sempre trabalhei, como auxiliar de limpeza, fazendo faxina, ajudando os feirantes, sempre fiz minha correria para não faltar o pão", diz ela. "Em casa de família me mandaram embora no começo da pandemia. Agora minha filha está mandando meu currículo para todo mundo, e nada", resume.

Kelly sustenta a casa e os quatro filhos. Um deles trabalhava como entregador de comida por aplicativo,

mas sofreu um acidente de moto e está parado, fazendo fisioterapia.

"Dependo de doação para ter comida na mesa", afirma ela, que recebe auxílio emergencial do governo, suficiente para pagar só contas mais urgentes.

Também em Heliópolis vive Marli de Souza, 50. Na casa dela, são quatro os que dependem de doações para se alimentar.

Ela também é faxineira e ficou sem trabalho durante toda a pandemia. O marido faz bicos de pedreiro, mas tem encontrado pouco serviço. O filho mais velho, de 24 anos, entrega currículos o dia todo, sem sucesso. E a mais nova, de 10 anos, voltou a ter aulas presenciais duas vezes por semana.

"Com o auxílio emergencial, eu consigo só pagar uma conta ou outra. Da última vez, eu paguei a conta de luz, que estava atrasada e eles já estavam cortando. Você acaba deixando acumular para não deixar sua filha passar fome", diz ela.

"Mesmo com doações, está difícil, quando chega uma cesta a gente divide com o vizinho, porque nem sempre tem para todo mundo, e a gente precisa se ajudar", conta.

As doações em geral chegam pela União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região (Unas). Levantamento da entidade já durante a pandemia apontou que 89% dos moradores se dizem preocupados com que a comida acabe antes de terem dinheiro para comprar mais, 67% disseram que precisaram diminuir a quantidade de alimentos nas refeições e 24% disseram que faltou comida.

"Não é só a quantidade de comida mas também a qualidade da alimentação, como a falta de proteínas, com o ovo e a carne caríssimas", diz Antonia Cleide Alves, presidente da Unas. "Agente articula para garantir pelo menos o básico, arroz, feijão, óleo e macarrão. Mas sabe que é paliativo."

A pesquisa mostra que quem recebeu auxílio emergencial em 2021 é quem mais sentiu o peso da fome: 41% dizem que faltou comida.

O auxílio neste ano veio me -nor. Em 2020, o governo

pagou R\$ 600 por mês, inicialmente -e R\$300 nos últimos meses. Em 2021, baixou para valores entre R\$ 150 e R\$ 375.

O economista Francisco Menezes, ex-presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, afirma que a diminuição do auxílio é fator importante para explicar a fome medida pelo Datafolha. "É preciso destacar que quem recebe R\$ 150 de auxílio tem efetivamente R\$ 5 por dia para comer", diz ele.

Menezes cita pesquisa da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Penssan), que mostrou que, durante a pandemia, 9% da população, o equivalente a 19 milhões de brasileiros, sofre insegurança alimentar grave, ou seja, está passando fome. O inquérito foi feito em dezembro em 2.180 domicílios em todo o país.

"O Datafolha capta agora uma situação mais extrema, que o IBGE já apontou entre 2017 e 2018: uma inversão da curva da segurança alimentar no Brasil, que era até então descendente e voltou a níveis alarmantes", afirma.

O economista afirma que um programa importante de segurança alimentar é o da alimentação nas escolas. Com os colégios fechados, no entanto, as crianças passam a fazer todas as refeições em casa, o que agrava a situação.

A pesquisa Datafolha mostra que famílias com crianças sentiram mais a fome: em 35% das casas com crianças de até 6 anos, houve menos comida na mesa do que o suficiente. Crianças pequenas em casa também dificultam que as mães trabalhem fora, diz ele.

Por fim, Menezes aponta ainda a alta no preço dos alimentos, que subiram 15%, três vezes o valor da **inflação** no ano passado.

Menezes é analista de programas da ActionAid, que arrecada doações e as repassa a entidades como a Unas, em Heliópolis, ou a Casa da Mulher do Nordeste, que atua com mulheres em bairros pobres da região metropolitana do Recife.

"Desde o início da pandemia, ficou claro que o impacto maior seria para as mulheres periféricas e negras, que são responsáveis por trazer o alimento para as crianças e para os idosos que vivem com elas. A pandemia veio acirrar as desigualdades sociais", diz Graciete Santos, presidente da Casa da Mulher do Nordeste.

"É um momento de muita insegurança alimentar, da

falta de acesso ao alimento regular. Hoje a principal questão é ter o que comer. Voltamos à frase clássica de Betinho [o sociólogo Herbert de Souza]: "Quem tem fome tem pressa".

Para o levantamento, o Datafolha realizou 2.071 entrevistas presenciais, nos dias 11 e 12 de maio, em 146 municípios, com brasileiros de 16 anos ou mais de todas as classes sociais e regiões do país. A margem de erro da pesquisa é de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

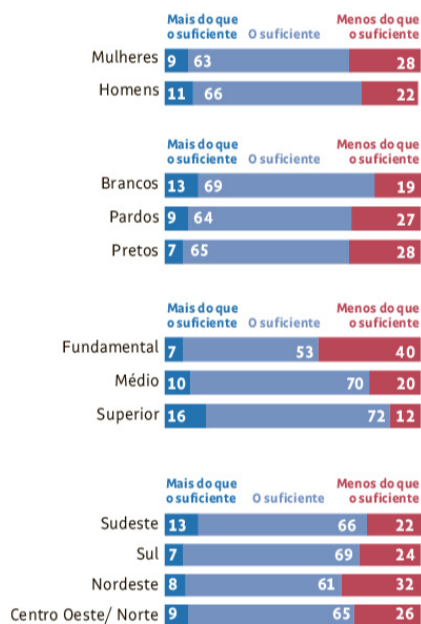
1 em cada 4 diz que faltou comida em casa nos últimos meses

Quantidade de comida na mesa para a família
Em %



Fome foi mais sentida entre mulheres, negros, moradores do Nordeste e entre quem tem apenas o ensino fundamental

Em %



Famílias com crianças e lugares onde adultos não trabalham também registraram mais falta de comida na mesa

Em %



Fome é maior entre quem depende do auxílio emergencial

Em %



Percepção dos brasileiros é de que a fome aumentou

Em %



Fonte: Pesquisa Datafolha com 2.071 entrevistas presenciais em 146 municípios do país entre os dias 11 e 12 de maio de 2021. A margem de erro é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos



Como ajudar

- Unas (União de Núcleos e Associações dos Moradores de Heliópolis e Região)
CNPJ: 38.883.732/0001-40
Banco: Caixa Econômica Federal (104)
Agência: 3124 | Conta: 376-7
Pix pelo CNPJ da entidade
- Casa da Mulher do Nordeste
- ActionAid

Lula diz que será candidato

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que será candidato ao Palácio do Planalto no ano que vem em entrevista à revista francesa Paris Match. "Não hesitarei. Acho que fui um bom presidente. Criei laços fortes com a Europa, América do Sul, África, Estados Unidos, China, Rússia. Sob meu mandato, o Brasil tornou-se um importante ator no cenário mundial", disse.

Lula disse ainda que foi vítima de conspiração para que não fosse candidato a presidente em 2018. "Em meu primeiro depoimento, eu disse ao juiz Sergio Moro: "Você está condenado a me condenar porque a mentira foi longe demais e você não tem como voltar atrás". Na verdade, essa mentira envolveu um juiz, promotores e a grande mídia do país, que me condenaram antes mesmo de eu ser julgado. O que eles não sabiam é que estou pronto para lutar até o último suspiro para provar que se uniram para me impedir de ir às eleições", afirmou.

A declaração do ex-presidente acaba confirmada pela agenda de reuniões com articulação política. No início de maio, por exemplo, Lula esteve em Brasília durante quatro dias e se encontrou com representantes de partidos de centro e da esquerda. Ele classificou essa agenda como "sucesso". Pesquisa recente do Instituto DataFolha aponta vantagem de Lula na corrida presidencial. Ele aparece à frente do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), de Sergio Moro (sem partido), e do governador de São Paulo (PSDB), João Dória em um eventual segundo turno.

"BAN DI DO" Bolsonaro criticou Lula durante compromisso na manhã de ontem, na cidade de Santa Filomena (PI), onde inaugurou uma ponte. "Um bandido que não tem um dedo falou há pouco que ia dar auxílio emergencial de R\$ 600 para todo mundo. Por que não fez lá atrás com o Bolsa-Família?", afirmou Bolsonaro. Na sequência, o presidente prometeu que fará mudanças no programa assistencial. Segundo ele, assim que o governo terminar de pagar as quatro parcelas do auxílio emergencial previstas para este ano, o que deve acontecer em agosto, o Bolsa-Família será reformulado.

"Hoje em dia, a média do Bolsa-Família é R\$ 190. Estamos trabalhando para que após o quarto mês dessa terceira etapa do auxílio emergencial suba o valor médio do Bolsa-Família. Porque sabemos que nesse período de pandemia houve **inflação**, que aumentou o preço da alimentação no Brasil, aumentou

o preço de muitas outras coisas. E temos que buscar soluções para que o povo recupere seu poder aquisitivo", disse o presidente.

O presidente ainda lembrou que grande parte dos brasileiros vive da informalidade e não tem carteira assinada, e reclamou que eles "foram esquecidos por esses que mandaram fechar o comércio e destruíram milhões de empregos". "Estamos tendo problema com desemprego, sim. Querem botar na minha conta também. A conta é de quem fechou tudo sem qualquer responsabilidade, sem qualquer comprovação científica. Apenas para posar que estava preocupado com a vida de vocês", comentou.

Vacinação para o PIB (3)

Contrariando o negacionismo do presidente Bolsonaro, o Ministério da Economia aderiu abertamente aos padrões do mundo civilizado ao destacar, em seu Boletim Macrofiscal de maio, a importância da vacinação para o crescimento econômico. "A vacinação em massa, a consolidação fiscal e as reformas pró-mercado, todas em curso, pavimentarão o caminho para um crescimento sustentável que dê suporte a emprego, renda e maior nível de bem-estar da população brasileira", afirmam os autores do relatório já no resumo apresentado na primeira página. Esse destaque, incomum na comunicação oficial do governo, tem sido rotineiro, desde o ano passado, em publicações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e de outras entidades multilaterais.

Nenhum outro chefe de governo, pelo menos no mundo retratado pela imprensa internacional, resistiu tanto quanto o presidente Jair Bolsonaro, e por tão longo tempo, à aquisição de vacinas contra a covid-19. Além disso, nenhum outro dedicou tanto esforço a desacreditar a segurança e a eficácia dos imunizantes. Nem seu guia político e espiritual, o americano Donald Trump, se engajou tão claramente em campanha contra qualquer imunizante.

Ao contrário, o governo dos Estados Unidos apoiou a pesquisa e encomendou grandes volumes de vacinas apenas prometidas, naquela fase, pelos laboratórios envolvidos na pesquisa.

Só com muito atraso o governo brasileiro abrandou a campanha contra a vacina - sem a abandonar inteiramente - e mostrou algum interesse em comprar imunizantes. Em outubro do ano passado, quando a vacinação ainda era apenas uma esperança, a importância de uma possível imunização já era mencionada em documento do Fundo Monetário Internacional (FMI). Em janeiro, na versão atualizada desse documento, o Panorama Econômico Mundial, a palavra "vacina" apareceu logo na primeira frase. O otimismo dessa menção foi em seguida contrabalançado por uma advertência sobre o risco de novas ondas da covid-19 e de variantes novas do coronavírus.

Referências como essas têm sido comuns em comentários, estudos e análises produzidos fora dos ambientes mais dominados pelo espírito bolsonarista.

Ao comentar os efeitos econômicos, em março, de novas medidas de isolamento seguidas em várias cidades, o pesquisador Claudio Considera,

coordenador do Monitor do **PIB**-FGV, apontou a importância de acelerar a vacinação. Essa medida valerá, acrescentou, como "primeiro passo para que a economia possa crescer de forma mais sustentável a longo prazo".

Coronavírus, covid-19, novas ondas da pandemia e vacinação rápida tornaram-se variáveis muito importantes para a análise econômica. São essenciais para o exame dos fatos imediatos e também para as projeções.

Bolsonaro e seus seguidores, no entanto, continuam tratando atividade econômica e cuidados com a saúde como preocupações contrastantes. Ao incentivar as aglomerações, o desprezo às precauções sanitárias e uma falsa normalização da vida, o presidente da República tem contribuído para mais contágios, mais internações, mais mortes e novos atrasos na retomada.

A observação desses fatos, conhecidos e lamentados internacionalmente, ilumina de forma especial o novo Boletim Macrofiscal do Ministério da Economia.

Na edição anterior havia aparecido uma referência à relevância da vacinação para o crescimento seguro. Na edição atual, no entanto, uma página especial é dedicada ao tema, com o resumo de um estudo sobre a experiência de 30 países no período de novembro de 2020 a abril deste ano.

Esse estudo sugere, entre outros pontos, a seguinte conclusão: cada aumento de 10 pontos percentuais nas doses aplicadas por 100 habitantes está associado à elevação de 0,13 ponto percentual na projeção de crescimento econômico em 2021. Imunizar significa permitir mobilidade com risco menor e retorno mais seguro à produção e ao consumo. Esses fatos básicos podem parecer óbvios, mas foram rejeitados por muito tempo pelo presidente Jair Bolsonaro. Falta calcular quantos bilhões de dólares isso pode ter custado - e quantas vidas.

Ministério da Economia mostra em estudo o valor da vacinação para a retomada segura

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Gastos obrigatórios vão perder R\$ 4 bi

Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

O governo deve rever as despesas obrigatórias para baixo em cerca de R\$ 4 bilhões dentro do Orçamento de 2021, segundo apurou o Estadão/ Broadcast. A medida, que deve ser anunciada oficialmente hoje pelo Ministério da Economia, ajudará a equipe econômica a remanejar recursos para desafogar órgãos e ministérios que ficaram à beira de um apagão depois dos cortes orçamentários.

Segundo fontes ouvidas pela reportagem, entre as despesas que devem ter sua estimativa revisada para um valor menor está o seguro-desemprego. A avaliação é que o lançamento do programa que permite redução de jornada e salário ou suspensão de contrato deve reduzir os gastos com o seguro, uma vez que o número de demissões tende a ser menor. Além disso, o benefício emergencial (BEm), pago para compensar a redução salarial no programa, é bancado com crédito extraordinário - fora do teto de gastos (regra que limita o avanço das despesas à **inflação**).

Com a revisão das despesas obrigatórias, sobrar espaço para elevar as despesas discricionárias, que incluem os gastos com custeio da máquina pública e com investimentos.

No fim de abril, o presidente Jair Bolsonaro precisou vetar R\$ 19,8 bilhões desses gastos e bloquear outros R\$ 9,3 bilhões para desfazer a "maquiagem" feita por parlamentares no Orçamento e evitar o descumprimento do teto. Desde então, diversos órgãos têm feito apelos por mais recursos, entre eles universidades federais e ministérios responsáveis por obras de infraestrutura e habitação popular.

Segundo um integrante da equipe econômica, após a reavaliação do Orçamento, os técnicos ainda terão uma semana para definir o decreto de programação orçamentária e toda a logística dos remanejamentos.

Nesse estágio, serão definidos as pastas beneficiadas pelo alívio financeiro.

Embora haja recursos bloqueados, há uma pressão para que sejam enviados novos créditos suplementares ao Congresso para recompor a parte das despesas, que acabou sendo vetada. São caminhos diferentes de recompor a verba que falta, mas a decisão precisará ser calibrada porque não haverá dinheiro para tudo.

Na quarta-feira, Bolsonaro enviou ao Congresso dois projetos para remanejar R\$ 1,679 bilhão em recursos e aplacar uma parte das demandas.

Uma das ações contempladas foi justamente o programa habitacional Casa Verde e Amarela, que havia ficado sem qualquer dinheiro após os vetos.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Pix já supera a soma de DOCs e TEDs

Fabício de Castro / BRASÍLIA

A utilização do Pix - o serviço brasileiro de pagamentos instantâneos - já supera a de outros meios de pagamentos mais antigos, como DOC, TED e boleto bancário. A constatação foi feita pelo Banco Central por meio do documento "Pix: O novo meio de pagamento brasileiro".

Nele, o BC chamou a atenção para o fato de as operações com Pix já superarem as realizadas com DOC e TED somados.

Além disso, conforme a autarquia, "em março, a quantidade de Pix superou a quantidade de boletos liquidados".

Os dados do BC mostram que, em março, foram feitas 393,6 milhões de transações com Pix. O volume superou pela primeira vez o número de boletos pagos, que naquele mês chegou a 358 milhões. O avanço continuou em abril. As estatísticas do BC mostram que, no mês passado as transações com Pix somaram 478,6 milhões. O total está acima do volume de boletos (336 milhões) e das operações somadas de DOC (8 milhões) e TED (111 milhões). Apenas em abril, o Pix movimentou R\$ 322 bilhões.

Desde o início da operação, em 16 de novembro do ano passado, o sistema já movimentou R\$ 1,1 trilhão - o equivalente a cerca de 15% do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro.

Até o fim de abril, 230,6 milhões de chaves haviam sido cadastradas.

As chaves (e-mail, CPF, CNPJ, celular ou número aleatório) funcionam como identificadores para o recebimento de recursos.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Inflação" da construção civil é a maior em 28 anos

Alessandra Saraiva e Lucianne Carneiro

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186876?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186876?page=1§ion=1